

11802 - Ênfase agroecológica na formação de indígenas: a experiência do Curso Técnico em Agroecologia dos povos indígenas do sudeste paraense

Emphasis agroecológica in the formation of indigenous: the experience of the Technical Course in Agroecologia of southeast paraense indigenous people

ARAÚJO, William Bruno Silva¹; SENA, Laécio Rocha de²; SILVA, Elenara Ribeiro da³; RIBEIRO JUNIOR, Ribamar⁴

¹ IFPA/CRMB, william.bruno@ifpa.edu.br; ² IFPA/CRMB, laeciomusic@hotmail.com; ³ IFPA/CRMB, giranara@gmail.com; ⁴ IFPA/CRMB, ribamar.sociologo@gmail.com

Resumo: A dinâmica de colonização da região sudeste do Pará trouxe uma série de contradições (sociais, ambientais, culturais), principalmente, pela implantação de grandes projetos (rodoviários, hidrelétricos, entre outros). Os povos indígenas, nesta dinâmica, estão entre os mais impactados. Estas contradições também provocaram luta e organização social, que trouxeram frutos importantes para a região, como a criação do Campus Rural de Marabá – CRMB, que prever na sua missão o atendimento aos povos do campo da região sudeste paraense, inclusive os povos indígenas, historicamente expropriados de direitos básicos, como o acesso a educação escolar. O anseio do IFPA/CRMB em atender os povos indígenas se concretiza recentemente na criação de um curso técnico em agroecologia. O processo de construção do curso foi iniciado em 2009, de forma participativa, através de diversas atividades envolvendo lideranças, professores e sábios indígenas. O curso teve início no dia 10 de agosto de 2011, com a realização do primeiro tempo escola. Apesar do pouco tempo de iniciado, os trabalhos desenvolvidos têm mostrado que o curso tem um potencial promissor na integração e na qualificação da demanda desses povos.

Palavras -Chave: educação, indígenas, agroecologia

Contexto

A partir da década de 70, a região sudeste do Pará passou a ser considerada como área de fronteira agrícola LÉNA & OLIVEIRA (1991). Foi marcada por uma ocupação rápida e desordenada do espaço agrário, estimulada em grande parte pelo Estado, através de ações de colonização, concessões de incentivos fiscais a grandes empresas e pecuaristas, promovendo “ações de desenvolvimento” através de grandes projetos – rodoviários, hidrelétricos, minero-metalúrgicos, entre outros. A dinâmica de fronteira instalada provocou profundas mudanças na paisagem e na economia regional, impulsionando o desmatamento de grandes áreas como pressuposto para o desenvolvimento e consolidando na região uma economia pautada basicamente na pecuária extensiva e exploração mineral, causando sérios impactos de ordens ambientais, sociais, econômicas, comprometendo a sustentabilidade ampla da região.

As populações originárias, sobretudo os povos indígenas, foram profundamente impactadas. Muitos tiveram que migrar para outras áreas devido às inundações provenientes da construção de barragens, como a hidrelétrica de Tucuruí, que expulsou o povo gavião (Akrãtikateje) de suas terras tradicionais, obrigando-os a se estabelecerem em áreas menores, com características biofísicas diferentes das originais, comprometendo a sua reprodução sociocultural. As formas de violência foram diversas, como por exemplo, os remanejamentos de alguns povos, forçando o agrupamento de

muitas etnias na mesma área, sem considerar a diversidade cultural de cada uma, causando sérios conflitos entre eles, como a terra indígena Mãe Maria, no Município de Bom Jesus do Tocantins, que atualmente abriga simultaneamente os povos Kyikatêjê (oriundos do Maranhão), Parkatêjê e Akrãtikatêjê (vindos de Tucuruí). Alguns desses povos passaram a receber recursos financeiros como parte de uma política compensatória devido aos impactos ocasionados por instalações de estruturas em suas terras, como por exemplo, os trilhos da Companhia Vale, o linhão de transmissão da Eletronorte e a Rodovia BR 222.

O Sudeste do Pará abriga ainda grupos indígenas originários de outras regiões do país, como os Atikum, que migraram do Estado de Pernambuco, os Guajajara, que vieram do Maranhão e os Guaranis, originários da Argentina. Atualmente, encontram-se na região os povos: Suruí Aykewara, Guajajara, Atikum, Amanayé, Xikrin, Kyikatêjê, Parkatêjê, Akrãtikatêjê, Guarani, Assuriní e Parakanã. Estes povos estão instalados em áreas de diferentes tamanhos, alguns em terras indígenas outros em áreas de assentamento de reforma agrária, que variam de 50 hectares a mais de 21.000 hectares.

A forma violenta como se deu o contato dos povos indígenas com a cultura não indígena impactou o modo de vida dessas populações, e, por conseguinte, a relação das sociedades indígenas regionais com a natureza. O estabelecimento de uma agricultura com base em uma matriz técnica não indígena, por vezes, com o apoio do poder público nas diferentes esferas, outras com o apoio de empresas, através de projetos compensatórios, levando alguns povos a optar por modelos de produção insustentáveis em longo prazo, que comprometem inclusive a manutenção e/ou revitalização do seu modo de vida.

É fato que, os povos indígenas atualmente têm sérios problemas de gestão dos seus bens naturais, de garantir uma produção satisfatória de alimentos, de acesso a serviços básicos, de garantia dos seus direitos, de manutenção e/ou revitalização de sua cultura.

O anseio do CRMB em atender os povos indígenas do sudeste paraense se concretiza na oferta de um Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio específico a esses povos. Essa iniciativa assenta-se no reconhecimento desses sujeitos sociopolíticos e culturais na região, portadores de demandas educacionais específicas e diferenciadas na perspectiva do diálogo e do fortalecimento de seus projetos societários (IFPA/CRMB,2009). O curso está em acordo com a política educacional do IFPA/CRMB que se propõe a promover a formação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades aos povos do campo da mesorregião sudeste paraense, visando estabelecer uma nova matriz técnico-científica destinada para os agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais, inclusive os povos indígenas (IFPA/CRMB, 2009). Mas também se apóia nos princípios da agroecologia, sobretudo na valorização dos saberes localmente construídos e protagonismo desses povos, na valorização da diversidade; na co-evolução; no rendimento agrícola ideal (não máximo); no uso de fontes não convencionais de energia e na própria racionalidade indígena.

Descrição da experiência

O processo de construção do curso técnico em Agroecologia para os povos indígenas iniciou no ano de 2009, e foi marcado por vários desafios, tendo em vista a necessidade de se pensar uma proposta que dialogasse com os projetos societários de cada povo,

suas culturas, especificidades e, principalmente, os seus problemas. O primeiro passo para a construção da proposta de curso foi a realização de visitas às aldeias do sudeste do Pará, a partir de 2009, com o intuito de construção de um breve diagnóstico das aldeias. Na ocasião foram visitados os povos Suruí Aikewara (no município de São Geraldo do Araguaia), Atikum (nos municípios de Itupiranga e Canaã dos Carajás), Guajajara (no município de Itupiranga), Guarani (no município de Jacundá), Amanayé (nos municípios de Paragominas e Goianésia) e Assuriní do Trocará (no município de Tucuruí).

Em Dezembro de 2009 foi realizado, em Marabá, o Seminário em parceria entre CRMB/IFPA e CIMI¹ com o objetivo de realizar a formação de educadores indígenas e discutir a proposta de implantação do curso, que contou com a presença de representantes e lideranças de vários povos indígenas da região sudeste do Pará. Na ocasião, foi socializado o diagnóstico construído a partir das visitas nas aldeias e discutida a proposta de criação do curso dentro de uma formatação que pudesse dialogar com os desafios de cada povo. Numa das falas de uma das lideranças presentes no seminário foi sugerido o nome do curso: Técnico em Agroecologia, pois, segundo ela, a palavra Agropecuária está mais relacionada ao Agronegócio. Sendo o nome do curso decidido naquela ocasião.

Em 2010 iniciou-se a restituição do diagnóstico nas aldeias, bem como a construção do Projeto Político Pedagógico do curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio, que tem como objetivo a formação de jovens indígenas do sudeste paraense, na perspectiva intercultural do diálogo de saberes/práticas tradicionais e conhecimentos técnico-científicos e da articulação de formação humanista e profissional, através de diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos, visando contribuir para a segurança alimentar, a gestão territorial e ambiental e com os projetos societários de cada povo

Em novembro de 2010, foi realizada uma formação dos Educadores do CRMB/IFPA sobre Educação Escolar Indígena, uma vez que a formação específica de educadores que irão trabalhar com os povos tradicionais é uma obrigação legal. A atividade contou também com a presença das lideranças indígenas da região, bem como representante das instituições parceiras do curso: CIMI, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Fórum Regional de Educação do Campo/FREC e o Ministério Público Federal.

Durante o ano de 2011, novamente foram realizadas algumas visitas nas aldeias com o objetivo de socializar a proposta do curso para os grupos indígenas, e acrescentar as suas sugestões. Um dos pontos centrais da construção do curso foi a realização do II Seminário do CRMB e Povos Indígenas do Sudeste Paraense, que teve como objetivo concluir o ementário das disciplinas, elaborar as diretrizes de funcionamento do curso, e discutir a metodologia do processo de seleção dos candidatos ao curso. De acordo com o documento oficial redigido e assinado pelos presentes no Seminário – lideranças e professores indígenas, CIMI, FUNAI e SETEC – o processo seletivo teria duas etapas, realizadas exclusivamente nas aldeias. A primeira etapa constituía-se de uma roda de conversa, onde, além da banca composta por membros do CRMB e instituições parceiras, estariam presentes os candidatos ao curso, a comunidade e as lideranças indígenas. Na segunda etapa, os candidatos realizariam uma produção de

¹ Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

texto, trazendo vários elementos, como a história, cultura e tradições do seu povo, como também alguns problemas e desafios da aldeia. Nesse caso, ressaltam-se os desafios de ordem técnico-produtiva, como também de políticas públicas.

Esses elementos levantados nas aldeias, durante o processo seletivo, são de suma importância no planejamento das atividades ao longo do percurso formativo do curso, numa perspectiva de uma educação escolar indígena que dialogue com a realidade do educando.

Resultados/Discussão

O curso tem a duração de três anos e, diferente da divisão tradicional do sistema nacional de ensino, é dividido em ciclos, onde cada um tem um produto final específico, muito embora tenha um eixo articulador central: Sustentabilidade dos Territórios Indígenas.

O primeiro ciclo tem a duração de um ano, e tem como produto principal a construção do calendário agro-cultural dos povos indígenas e um diagnóstico sociocultural das aldeias da qual os educandos pertencem. O segundo ciclo tem a duração de um ano e meio, onde serão enfatizados os conhecimentos técnicos agroecológicos. Os produtos desse ciclo serão: a criação de um banco de sementes (na área da escola e nas aldeias), o plano de gestão dos recursos naturais dos territórios indígenas e um Relatório de intervenção técnica.

O terceiro ciclo do curso terá a duração de seis meses, e tem o objetivo de discutir as políticas públicas e as perspectivas do etnodesenvolvimento e suas relações com os projetos societários dos povos indígenas da região, visando que os educandos compreendam-se como sujeitos inseridos nos contextos local e regional. O produto desse ciclo são os Planos de atuação técnica construído com as comunidades, e o Relatório de intervenção técnica.

A interface entre uma formação humanista e técnica será constantemente buscada nesse curso, visando garantir as disciplinas da base curricular nacional comum à medida que essa dialoga com os conhecimentos das ciências agrárias, numa perspectiva da Agroecologia. Mas, além disso, é tentar dialogar com os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas do sudeste paraense: suas práticas culturais, seu modo de vida, a sua relação com a natureza. Dessa forma, os sábios e as lideranças das aldeias serão fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, sendo inclusive prevista a presença de pelo menos um deles durante as atividades em sala de aula.

O curso funciona em regime de alternância pedagógica, sendo o mesmo compreendido em dois tempos-espacos educativos: o tempo aldeia (em que as pessoas se educam espontaneamente) e o tempo escola (é o momento de distanciamento do cotidiano/contexto de origem, reflexão e sistematização de conhecimento). A pesquisa é entendida como princípio educativo e um dos principais instrumentos nesse processo é o PEPT – Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho.

Foram selecionados para o curso 39 jovens dos povos: Suruí, Amanayé, Assuriní, Atikum, Guajajara, Guaraní, Akrätikatêjê e Parkatêjê, dos quais 35 participaram do primeiro tempo escola, realizado no período de 10 a 20 de agosto de 2011, com o objetivo de acolher os indígenas ingressos. Neste primeiro momento, foi marcante a integração e o diálogo entre as diferentes culturas. Como produtos desse primeiro tempo escola foram construídos: a

história de vida (livro individual), o calendário cultural por aldeias, mapas das aldeias e textos sobre as práticas culturais das diferentes aldeias. Foi elaborado coletivamente ainda um plano de estudo, pesquisa e trabalho - PEPT, para serem trabalhados no próximo tempo escola, a partir da leitura de todo os materiais produzidos pelos estudantes, das falas das lideranças no processo seletivo, definindo-se o tema principal: mudança de hábitos alimentares, que envolve uma série de outros temas, como o território, a saúde, a produção de lixo, o extrativismo, a produção agrícola, entre outros.

As escolas tradicionais não conseguem atender as demandas de formação dos indígenas, uma vez que abordam os conteúdos de forma disciplinar. Assim, fica clara a necessidade da aplicação do currículo integrado como forma de enfrentar a fragmentação. Essa forma de organização curricular se aproxima mais da maneira como os indígenas vêem o mundo (cosmovisão), pois na suas práticas culturais não separam os conhecimentos de matemática, biologia, geografia, ciências agrárias, etc. no manejo da natureza e na reprodução da vida nas aldeias, os índios mobilizam vários conhecimentos, que devem ser compreendidos como ponto de partida para incorporar novos elementos sistematizados pelo não-índio.

Os passos seguintes são desafiadores, uma vez que é essencial garantir que os princípios da agroecologia sejam assegurados em todo o percurso formativo e que o curso possa de fato responder as demandas dos povos atendidos, assim como fazer que esse curso repercuta positivamente para a melhoria das condições de vida das comunidades. Também é um grande desafio envolver todos os povos da região nessa proposta, como também contribuir para o resgate e/ou revitalização da cultura de cada povo, bem como gerenciar a diversidade de culturas para que ela possa potencializar o processo de construção e o fluxo de conhecimento entre educandos, educadores e comunidades.

Agradecimentos

Aos povos indígenas do sudeste paraense, pela sua história de luta e resistência.

Bibliografia Citada

IFPA/CRMB. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária integrado com o Ensino Médio, ênfase em Agroecologia. Marabá, 2009, 58 p.

LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. 363 p.